

Diário do Legislativo de 04/04/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - 84ª Reunião Extraordinária

2.2 - 85ª Reunião Extraordinária

2.3 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR*

Adelino Carvalho Lino (PMDB)

* Adelino de Carvalho

Agostinho Fernandes da Silveira (PL)

* Agostinho Silveira

Agostinho Patrús (PSDB)

* Agostinho Patrús

Ailton Paranaíba Vilela (PSDB)

* Ailton Vilela

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

* Alberto Pinto Coelho

Aldimar Dimas Rodrigues (PMDB)

* Dimas Rodrigues

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

* Alencar da Silveira Júnior

Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)

* Álvaro Antônio

Ambrósio Pinto (PTB)

* Ambrósio Pinto

Amilcar Vianna Martins Filho (PSDB)

* Amilcar Martins

Anderson Aduino Pereira (PMDB)

* Anderson Aduino

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PSD)

* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

* Antônio Júlio

Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)

* Antônio Roberto

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

* Arlen Santiago

Benedito Rubens Renó Bené Guedes (PDT)

* Bené Guedes

Carlos Alberto Bejani (PFL)

* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PSDB)

* Carlos Pimenta

Christiano Augusto Bicalho Canêdo (PTB)

* Cristiano Canêdo

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSD)

* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

* Dilzon Melo

Dinis Antônio Pinheiro (PSD)

* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSD)

* Djalma Diniz

Durval Ângelo Andrade (PT)

* Durval Ângelo

Edson Rezende Morais (PSB)

* Edson Rezende

Eduardo Dias Hermeto Filho (PFL)

* Eduardo Hermeto

Eduardo Gustavo Farnese Brandão (PL)

* Eduardo Brandão

Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves (PSB)

* Elaine Matozinhos

Elbe Figueiredo Brandão Santiago (PSDB)

* Elbe Brandão

Elmo Braz Soares (PPB)

* Elmo Braz

Ermano Batista Filho (PSDB)

* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PPS)

* Fábio Avelar

Francisco Rafael Gonçalves (PSB)

* Chico Rafael

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

* Pastor George

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

* Gil Pereira

Glycon Terra Pinto (PPB)

* Glycon Terra Pinto

Hely Tarquínio (PSDB)

* Hely Tarquínio

Irani Vieira Barbosa (PSD)

* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

* Ivair Nogueira

Ivo José da Silva (PT)

* Ivo José

João Batista de Oliveira (PDT)

* João Batista de Oliveira

João Leite da Silva Neto (PSDB)

* João Leite

João Paulo Gomes da Silva (PSD)

* João Paulo

João Pinto Ribeiro (PTB)

* João Pinto Ribeiro

Jorge Eduardo Vieira de Oliveira (PMDB)

* Jorge Eduardo de Oliveira

José Alves Viana (PDT)

* Doutor Viana

José Castro Braga (PDT)

* José Braga

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

* José Henrique

José Miguel Martini (PSDB)

* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

* José Milton

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

* Luiz Fernando Faria

Luiz Menezes (PPS)

* Luiz Menezes

Luiz Tadeu Leite (PMDB)

* Luiz Tadeu Leite

Marcelo Jerônimo Gonçalves (PDT)

* Marcelo Gonçalves

Márcio Luiz da Silva Cunha (PMDB)

* Márcio Cunha

Márcio Luiz Murta Kangussu (PPS)

* Márcio Kangussu

Marco Régis de Almeida Lima (PPS)

* Marco Régis

Maria José Haueisen Freire (PT)

* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSDB)

* Mauro Lobo

Newton de Moraes (PL)

* Cabo Moraes

Olavo Bilac Pinto Neto (PFL)

* Bilac Pinto

Olinto Dias Godinho (PTB)

* Olinto Godinho

Paulo César de Carvalho Pettersen (PMDB)

* Paulo Pettersen

Paulo Piau Nogueira (PFL)

* Paulo Piau

Rêmolo Aloise (PFL)

* Rêmolo Aloise

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

* Rogério Correia

Ronaldo Canabrava (PSC)

* Ronaldo Canabrava

Sandoval Geraldo Coelho (PSB)

• Sandoval Coelho

Sebastião Costa da Silva (PFL)

* Sebastião Costa

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

* Sebastião Navarro Vieira

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PL)

*Sargento Rodrigues

Em 24/3/2000

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

ATAS

ATA DA 84ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 24/3/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aداuto e José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado João Leite; aprovação da ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Chamada para verificação de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; chamada para verificação do número regimental; inexistência de "quorum" para votação; chamada para verificação do número regimental; inexistência de "quorum" para votação - Requerimento da Deputada Elaine Matozinhos; deferimento; discurso da Deputada Elaine Matozinhos - Questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos; palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aداuto - José Braga - Durval Ângelo - Agostinho Silveira - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Bené Guedes - Cabo Morais - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elmo Braz - Ermanno Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Márcio Cunha, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Para discuti-la, com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, acompanhei atentamente a leitura da ata feita pelo Deputado Márcio Cunha. No final da reunião extraordinária de ontem à noite, o Deputado Alencar da Silveira Júnior suscitou uma questão de ordem em que dizia que Deputados opositores se postavam do lado de fora do Plenário, local historicamente freqüentado pela Oposição nesta Casa.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior pretendia que fosse contada a presença dos Deputados da Oposição para que houvesse "quorum" na reunião. Dizia que o Presidente da Mesa poderia observar a presença dos Deputados próximos ao Plenário.

Em entrevistas, alguns colegas Deputados disseram que a falta de "quorum" para a votação se devia à ausência dos Deputados da Oposição. É uma demonstração legítima na democracia negarmos "quorum" para a votação de vetos que atinjam a Oposição. Será que alguns colegas pretendem que Deputados de Oposição dêem "quorum" para a derrota de seus projetos, em estudo por mais de um ano?

Se o Governador, numa canetada, e muitas vezes sem nenhuma razão, veta os projetos, será que os Deputados darão "quorum" para votarem e serem derrotados? A base governista é que deveria dar "quorum" para a manutenção de vetos que ferem frontalmente Deputados da Oposição nesta Casa.

Será que os Deputados da Oposição estão dando "quorum", ao se postarem fora do Plenário? A nosso ver, não. E, apesar da clareza da leitura do Deputado Márcio Cunha, não percebemos que esse dado conste na ata.

Gostaria também de dizer da nossa posição em relação à questão dos vetos ou daqueles projetos mais polêmicos. E tivemos um exemplo claro no final dos nossos trabalhos do ano passado - e é algo que ainda estamos contestando pelas vias legais -, que foi a votação das taxas. A Oposição não concordava, e, é claro, a todo o momento iríamos negar o "quorum", representando o interesse da população de Minas Gerais.

Por essa razão, gostaria que o Secretário "ad hoc" - talvez eu não tenha percebido - nos esclarecesse essa questão de ordem suscitada pelo nobre Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Sr. Secretário (Deputado Márcio Cunha) - Sr. Presidente, gostaria, nas funções de Secretário "ad hoc", de dar a resposta ao ilustre Deputado João Leite, com a sua permissão. (- Pausa.) Em primeiro lugar, Deputado João Leite, quero agradecer o elogio dirigido a este Deputado. Aliás, quero dizer que me tenho surpreendido, de maneira agradável, pela forma como V. Exa. tem me tratado. Quero agradecer-lhe.

O Deputado João Leite - Com a maior satisfação, Deputado Márcio Cunha. Respeito muito V. Exa. e o seu partido também.

O Sr. Secretário - Quero agradecer, portanto, as gentilezas que V. Exa. tem tido comigo, especialmente nos últimos dias.

Respondendo objetivamente, e para conhecimento de todos nós - no meu caso, para conhecimento, e no caso de muitos Deputados, apenas para lembrar -, o nosso Regimento Interno, no seu art. 41, cita a feitura de duas atas: uma dita sucinta e outra dita de imprensa. A ata cuja leitura acabamos de fazer é a sucinta; portanto, não traz os detalhes da questão de ordem levantada pelo Deputado Alencar da Silveira Júnior e posteriormente comentada por este Deputado e pelo Deputado Hely Tarquínio. Queria dizer a V. Exa. que, tão logo esteja redigida a ata de imprensa, este Deputado incumbir-se-á de entregar-lhe pessoalmente uma cópia.

O Deputado João Leite - Muito obrigado. Sr. Presidente, fiquei satisfeito com a resposta do Deputado Márcio Cunha.

O Sr. Presidente - Não havendo quem mais sobre a ata se manifeste, dou-a por aprovada.

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Tendo em vista que os pareceres se encontram na fase de votação, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Márcio Cunha) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 31 Deputados. Não há "quorum" para votação. Tendo em vista a importância da matéria, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Márcio Cunha) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 35 Deputados. Não há "quorum" para votação. Tendo em vista a importância da matéria, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Márcio Cunha) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 31 Deputados. Não há "quorum" para votação. Vem à Mesa requerimento da Deputada Elaine Matozinhos, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa para a oradora o prazo de 15 minutos. Com a palavra, a Deputada Elaine Matozinhos.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é movida por sentimento de veemente repúdio que ocupamos hoje esta tribuna para afirmar que o PSB exige respeito nesta Casa. Aqui fomos violentados na última quinta-feira, quando ocupou esta tribuna o Deputado Irani Barbosa, que, de forma desequilibrada, apontou sua metralhadora contra o Prefeito Célio de Castro, uma das maiores lideranças do PSB, proferindo injúrias, difamações e calúnias que deixaram atônitos todos os Deputados desta Casa e, sem dúvida, também os telespectadores da TV Assembleia. Por isso, Sr. Presidente, fizemos requerimento exigindo que a Corregedoria desta Casa tome providências rigorosas e aplique o disposto no Regimento Interno em relação a falta de decoro parlamentar.

Gostaria também de ressaltar que nós, socialistas, e esta Presidente do PSB, até mesmo pela nossa origem, pelo cargo que ocupamos no Estado há mais 25 anos, não temos medo de gritos, mesmo porque temos voz e sabemos gritar; mas gritamos a verdade, sem engodo. O nosso grito não é o grito dos desesperados ou daqueles que, motivados por interesses políticos, corporativos ou até outros motivos inconfessáveis, tentam macular o denodado esforço, o inquestionável empenho e o elevado espírito público do Dr. Célio de Castro à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. O nosso grito é o grito da verdade, da seriedade, da transparência de uma administração municipal socialista, que trabalha junto com o povo, de portas abertas, sem nada ter para esconder. De um administrador cuja vida pessoal e pública é de honradez, seriedade e honestidade.

É assim o tempo que vive a Prefeitura de Belo Horizonte. O Prefeito Célio de Castro traz em si a marca da transparência administrativa, a marca da retidão de princípios e propósitos no trato da coisa pública, em perfeita harmonia com o que é preconizado pelo ideário socialista.

Mais ainda, é um Governo calcado no esforço hercúleo e no exercício da criatividade, tendo em vista a superação de dificuldades estruturais, limitações econômico-financeiras e implementação de metas e programas administrativos há muito reclamados por Belo Horizonte e sua gente.

Nesse sentido, Sr. Presidente, acompanhando o dia-a-dia dos assuntos municipais, às vezes vemos a falta de publicidade em relação aos muitos êxitos que vêm sendo alcançados pelo Governo Célio de Castro os quais, hoje, por justiça, queremos registrar: os avanços na área de saúde, educação e desenvolvimento social, buscando resgatar parte da perversa dívida social herdada e entregue, todo dia, a nós, brasileiros, pela política neoliberal da miséria, da fome, do desemprego, do aumento da violência do Governo Federal do Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Fiel aos princípios e ideais partidários, a administração socialista do Dr. Célio de Castro vem canalizando mais da metade de todas as despesas municipais para a área social. A maior parte desse montante é destinada ao setor educacional, que vem absorvendo 27,9% do total dos gastos sociais.

A totalização de gastos da Prefeitura de Belo Horizonte com a área social, no ano passado, alcançou cifras da ordem de R\$456.500.000,00, dos quais R\$251.600.000,00 foram aplicados diretamente no sistema municipal de ensino, por meio dos diferentes programas, entre os quais se inclui, com orgulho, a bolsa-escola.

Foram entregues mais de três mil casas populares.

A área da saúde tem sido alvo de críticas daqueles que, movidos por interesses eleitorais e estritamente pessoais, se recusam a reconhecer a realidade que estamos vivendo. Preferem fechar os olhos ao empenho da administração Célio de Castro para reduzir os efeitos perversos do descaso do Governo Federal para com o setor. São pessoas que tentam confundir a população de Belo Horizonte, já às vésperas das eleições municipais, sabedoras que são do alto índice de aprovação do nosso Prefeito.

Nem Deus construiu o mundo da noite para o dia. Da mesma forma, não temos a arrogância e a vã pretensão de corrigir as mazelas que herdamos da política neoliberal.

Estamos trabalhando com afino e dedicação, dia e noite, num esforço econômico e financeiro jamais visto na administração municipal. Este ano, a PBH, com recursos próprios e do SUS, vai investir R\$487.000.000,00 no setor, incluindo campanhas educativas, compras de medicamentos, pagamento de profissionais e manutenção das unidades de saúde. Isso significa mais de R\$1.300.000,00 por dia.

O Projeto Vida, destinado à redução da mortalidade infantil, fez cair em 40,41% os óbitos, de 1993 a 1997, tendo o Hospital Odilon Behrens, no ano passado, dobrado o número de leitos no CTI neonatal, sendo referência nacional em partos de alto risco.

A população de BH tem acesso gratuito a 132 unidades de saúde, com cerca de 250 mil atendimentos por mês. O Programa BH Vida, médico de porta em porta, já tem 25 mil pessoas cadastradas. O Programa de Desospitalização da Prefeitura quer tirar cerca de 700 doentes mentais de hospitais psiquiátricos, recebendo cada família R\$240,00 por mês como bolsa-auxílio para cuidar dos pacientes em casa. Isso busca a possibilidade de reintegração social dos pacientes.

No que se refere ao câncer de mama, o Hospital Odilon Behrens faz centenas de mamografias, a PBH tem feito o Mutirão da Mama e, só neste mês, atendeu 2 mil mulheres.

O tratamento contra a AIDS tem atendimento domiciliar e foi implantado para dar qualidade de vida ao paciente, não mais afastado do convívio familiar.

A saúde e a terceira idade têm sido tratados de forma especial pela PBH, por meio das Administrações Regionais. Belo Horizonte tem hoje 140 mil idosos, que representam 7% da população.

Entre tudo isso, ressaltamos que a rede municipal faz, todos os meses, 24 mil consultas especializadas para pacientes do interior.

Por tudo isso, pergunto: que interesses levam um político que se diz comprometido com a causa da saúde pública a sonegar ao povo essas informações? E por que fazer calúnia, difamação e injúria a um Prefeito que é médico dedicado e respeitado e faz de sua experiência em Medicina o Projeto Vida em BH?

Temos falhas? Sim, mas temos milhares de acertos. E fica outra pergunta: quem atira pedras já não teve, ou tem, seus pecados?

Concluindo, Sr. Presidente, reafirmamos a nossa posição de que esta Casa, por meio de ações do Corregedor e desta Presidência, precisa fazer valer o nosso Regimento Interno, que puna quem aqui fere o decoro parlamentar. É isto que queremos em nossa lei, que é o Regimento Interno.

Reafirmamos também que o PSB não aceita e, muito mais, não teme as gritarias injuriosas.

Que se faça valer a nossa lei interna para que esta Casa não seja palanque de atos e fatos que, embora deles não tenhamos medo nem recuemos, acreditamos não ser o melhor para Minas Gerais, pois os mineiros acreditaram estar votando em pessoas corajosas, porém equilibradas.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Agradeço o aparte concedido, Deputada Elaine Matozinhos, e, em meu nome, não especificamente em nome da bancada que represento, solidarizo-me com o pronunciamento de V. Exa. e aproveito a oportunidade para cobrar da Mesa Diretora desta Casa mais norte e mais autoridade na condução dos nossos trabalhos.

Ontem, lamentavelmente, ocorreu neste Plenário um fato que, por sinal, não presenciei, mas que repudio, exatamente como V. Exa. faz neste momento.

Admiramos e reconhecemos o trabalho do Prefeito Célio de Castro, e não serão palavras levianas que diminuirão o mérito de um Prefeito que não faz alarde de sua administração.

Hoje, em tempos de sucessão, querem desestabilizá-lo, mas o entusiasmo e a empolgação que outros candidatos cobram por aí não são características do Dr. Célio de Castro. O Dr. Célio de Castro é um homem discreto e ilibado, que imprime à sua administração essas mesmas características.

Sabemos muito bem o que o Prefeito tem feito por Belo Horizonte. Para citar apenas uma de suas ações, citemos a derrubada dos altíssimos índices de dengue na Capital, resultado do eficiente trabalho do Secretário da Saúde, Dr. Malaguti. Isso é um dos testemunhos do que a administração municipal de Belo Horizonte tem feito pela cidade.

Por outro lado, devo dizer que não me acovardo no microfone deste Plenário quando V. Exa. levanta esse tema e peço ao colega, que está presente, Deputado Irani Barbosa que não mais generalize suas críticas à classe médica, porque, uma hora, ele poderá até ser vítima de uma injeçãozinha letal ao ser atendido num hospital. É preciso ter cautela, Deputado, com o que V. Exa. chama de "máfia de branco".

Temos que esclarecer essas coisas, porque querem destruir a classe médica. Isso é dor-de-cotovelo, porque a classe médica é imbatível na política e presta grande serviço ao País, é testa-de-ferro do sistema de saúde falido do Governo Federal. Nós é que sustentamos a saúde neste País, Deputado; nós é que seguramos o povo na mão, e apanhamos porque fazemos isso.

Por essa razão é que me solidarizo com a Deputada Elaine Matozinhos e não me acovardo neste microfone para defender a classe médica.

A Deputada Elaine Matozinhos - Gostaria de dizer, Deputado Marco Régis, que, mais uma vez, entendemos que V. Exa. deve apresentar uma solicitação à Mesa Diretora desta Casa para que sejam tomadas providências enérgicas em relação às injúrias feitas a V. Exa. e, ontem, a toda a classe médica.

Minas Gerais não deseja ouvir gritarias de baixo nível nesta Casa. V. Exa. está coberto de razão ao defender a classe médica, que ontem foi injuriada, caluniada, difamada e, hoje, fora do Plenário desta Casa, mais uma vez, ouvimos gritaria.

Deputado Irani Barbosa, não temos medo de gritaria. Não serão os altos gritos de quem busca fazer uma política com um perfil tão desequilibrado que intimidarão os parlamentares desta Casa, do PSB. Aqui deve haver Corregedoria, sim. Esta Casa deve se pautar pelo respeito e pela dignidade ao povo mineiro. Não é isso que o povo mineiro gostaria de ver acontecer.

O Deputado Ivo José (em aparte) - Sr. Presidente, a oradora havia me concedido aparte. Gostaria de fazer uma pequena consideração, uma vez que ela aborda uma questão importante. Estamos tratando da preservação da saúde da população da nossa cidade; por outro lado, o nosso Poder Legislativo não pode ser achinhalhado e desmoralizado como vem sendo.

Queremos nos solidarizar com a Deputada Elaine Matozinhos, pelo seu pronunciamento, com a classe médica, com o nosso Prefeito Célio de Castro e, mais ainda, com a população de Belo Horizonte, que está acompanhando a mudança significativa na direção, na linha política da saúde, desde que o Prefeito Patrus Ananias assumiu esta cidade.

O que existe é falta de financiamento da política nacional. Há vários anos, está parada, no Congresso Nacional, a Proposta de Emenda à Constituição nº 169, porque o Governo Fernando Henrique Cardoso não dá seqüência à aprovação dela. Queremos apoiar a política adotada, que, apesar dos poucos recursos, vem sendo feita com dignidade, transparência e participação da população.

As ações políticas devem se dar por meio do diálogo, em alto nível e respeitando as nossas leis. O nosso Regimento Interno deve ser respeitado e preservado. A Corregedoria desta Casa, junto com a Mesa Diretora deve assumir o nosso Regimento Interno, mantendo a moral e a integridade desta Casa.

A Deputada Elaine Matozinhos - Agradeço as palavras do Deputado Ivo José. O PSB e, quero crer, todos Deputados desta Casa agradecem a sua manifestação.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - A Presidência informa à Deputada Elaine Matozinhos que vai encaminhar a solicitação feita por V. Exa. ao Corregedor desta Casa.

Questões de Ordem

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, verificamos que, da bancada governista, há 31 parlamentares presentes em Plenário. Como temos uma pauta já acumulada, com inúmeros projetos importantes e como não temos número suficiente para a votação, solicitaríamos desta Presidência que encerrasse os trabalhos desta reunião para que desse tempo de fazer a mobilização para a reunião extraordinária das 14 horas, quando esperamos retornar aqui com o número suficiente de parlamentares para dar andamento ao processo de votação.

O Deputado João Leite - Estamos solicitando a recomposição de "quorum", para que possamos fazer a discussão dos vetos.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda a chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.).

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 16 Deputados. Não há "quorum" para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

Nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a Presidência declara encerrada a discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.241, uma vez que a proposição permaneceu em ordem do dia para discussão por seis reuniões consecutivas.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de logo mais, às 14 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 85ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 24/3/2000

Presidência do Deputado Anderson Aداuto

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados João Leite, Hely Tarquínio e Amílcar Martins; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Interrupção dos trabalhos - Posse do suplente de Deputado Sandoval Geraldo Coelho - Reabertura dos trabalhos - Questão de ordem - Votação de Pareceres: Parecer sobre a Indicação do Titular do DEOP-MG; discursos dos Deputados Sebastião Costa, João Leite e Paulo Piau - 2ª Fase: Questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para votação; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para votação - Discussão de Proposições: requerimento do Deputado Miguel Martini; prejudicialidade - Questão de ordem - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.325; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aداuto - Durval Ângelo - Dilon Melo - Agostinho Silveira - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Cabo Morais - Cristiano Canêdo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermanno Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Tereza Lara - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - Às 14h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Marcelo Gonçalves, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Para discuti-la, com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, acompanhei a leitura feita pelo Deputado Marcelo Gonçalves e gostaria de entender os horários que o nobre Deputado Marcelo Gonçalves mencionou com relação à abertura das reuniões.

Conhecemos um pouco os relógios oficiais do Terminal Rodoviário de Belo Horizonte e sabemos que estão atrasados, até para os passageiros que vão para Pirapora, Uberaba, Pedro Leopoldo, São Sebastião do Paraíso, Santos Dumont, Contagem e tantos outros lugares. Isso é feito para que aqueles que se atrasam no trânsito, que em alguns momentos é muito confuso, não percam o ônibus.

Não tenho conhecimento dos Aeroportos de Confins e da Pampulha com relação ao atraso no relógio. Mas estamos inaugurando uma nova fase na Assembléia Legislativa. A classe dos relógios é uma classe bem desunida. Nunca sabemos qual é o horário certo. Cada um está num horário. Mas o desta Casa está muito atrasado. E não sei qual é o interesse nisso. Penso que não é por interesse da Oposição, sempre presente no Plenário. Por isso, gostaria de entender os horários citados pelo Deputado Marcelo Gonçalves, porque ele mencionou a abertura da reunião desta manhã, só que não há acordo entre o horário colocado na ata lida agora e os relógios de vários Deputados e da assessoria que acompanha as reuniões da Assembléia Legislativa.

Gostaria de saber com que relógio deste País estão acertados o relógio do painel do Plenário e mesmo o que se encontra acima da sala de imprensa, também dentro deste recinto. Seria um fuso horário diferente do de Brasília o que estamos vivendo no Plenário? Seria esse o fuso horário da base do Governo do Sr. Itamar Franco na Assembléia Legislativa, para atender ao interesse da sua base, e não, do povo de Minas Gerais?

Gostaria de discutir, especialmente, a pauta lida pelo Secretário "ad hoc", Deputado Marcelo Gonçalves. Qual é esse horário? Não é o horário do meu relógio nem o horário do relógio oficial de Brasília, que vale para a Região Sudeste do nosso País. Qual é esse horário, que agora marca 14h20min? O meu relógio deve estar bem adiantado, porque está marcando 14h27min.

Pela manhã, quando abrimos a reunião, também não concordamos com esse horário. Gostaríamos que fosse feita mudança nessa ata, uma retificação. Mas, é interessante, já vejo alguns Deputados afirmarem: "No meu, são 14h20min". É impressionante como esses relógios acompanham mesmo esse mandatário maior deste Plenário. Gostaria dessa explicação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência vai responder à questão levantada pelo Deputado João Leite. Na terça-feira, V. Exa. estava fiscalizando a lista de presença. Às 9h15min, não tínhamos número suficiente de Deputados. Às 9h16min, já tínhamos número suficiente de Deputados, mas esta Presidência, querendo respeitar o Regimento Interno, deixou de abrir a reunião, embora ficasse sentido por não termos uma reunião por causa de 1 minuto. Não pelos interesses do Governador Itamar Franco, mas pelos interesses do parlamento, esta

Presidência determinou à assessoria da Mesa que atrasasse o relógio do Plenário em 5 minutos. O meu relógio pessoal fica adiantado de 15 a 20 minutos, exatamente para que eu não chegue atrasado aos compromissos. Mas, com relação ao relógio do Plenário, até pela vontade de adiantar o processo de votação, a Presidência tomou essa decisão e a assume de público. O relógio está atrasado em alguma coisa em torno de 5 minutos, exatamente para proporcionar condições aos Deputados de chegarem a tempo para a reunião. Sabemos que alguns Deputados chegam de viagem, outros têm compromissos, reuniões que muitas vezes terminam tarde, com outra marcada para imediatamente após. Para o bom andamento dos trabalhos, a Presidência julgou necessário atrasar o relógio em 5 minutos.

O Deputado João Leite - Eu só gostaria de dizer, Sr. Presidente, que eu, Deputado João Leite, não concordo com uma decisão como essa. É inusitado atrasar o relógio em 5 minutos. O País tem um horário, e o Plenário da Assembléia é determinado por um relógio atrasado em 5 minutos. Não concordamos que esse seja o interesse do parlamento de Minas Gerais. O interesse do parlamento de Minas Gerais, V. Exa. disse, tem que ser direcionado pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa. Não estamos acima do que rege o nosso País. V. Exa. não está acima do horário que rege o nosso País.

O Sr. Presidente - Para discutir a ata, com a palavra, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Eu gostaria também de me dirigir ao Secretário, inclusive para reafirmar as palavras do ilustre Deputado João Leite. Realmente, esse problema de fuso tem normas. Neste parlamento, achamos que é uma licenciosidade. Não cabe ao Presidente da Assembléia determinar atraso de relógio. Relógio tem normas. Existem fusos horários diferentes entre países e Estados. É uma coisa universal. A parte, no caso, o Presidente da Assembléia, não pode decidir pelo todo. Isso é filosófico. V. Exa. está errado, na minha maneira de ver, e acredito que o parlamento entenda desse jeito. É uma atitude unilateral. O senhor me perdoe, Sr. Presidente, tenho o maior respeito por sua pessoa, mas quando V. Exa. quiser impor os trabalhos, tem que ser dentro do Regimento Interno. Eu pergunto: dentro do Regimento Interno, em qual artigo está escrito que o Presidente da Assembléia pode atrasar o relógio que rege a vida de todos nós? Temos um biorritmo. O relógio é acertado fisicamente, dependendo das condições climáticas. Aqui não temos essas influências.

Fica aqui o nosso protesto no sentido de que se corrija a ata e se coloque a verdade. Para atender aos interesses do Palácio da Liberdade - já que o povo de Minas Gerais tem grande oposição aqui em termos de números, que significam muita representação popular, o que faz o leque plural desta Casa -, V. Exa. não poderia ter poder para atrasar ou adiantar relógio, a menos que isso acontecesse nos dias em que se adiantou ou atrasou 1 hora, de acordo com o horário de verão. Solicitamos a V. Exa. que raciocine e analise essa situação, para não cometer esse erro primário.

O Sr. Presidente - A Presidência recebe os protestos da Oposição e espera a compreensão da sociedade para com o seu gesto. Para discutir a ata, com a palavra, por 30 segundos, o Deputado Amílcar Martins.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, 30 segundos por qual relógio? Qual o horário que está marcado no relógio de V. Exa., Sr. Presidente? Quero dizer que temos de estabelecer regras claras e respeitadas para o convívio entre Situação e Oposição. Esse é o apelo que faço perante a opinião pública do meu Estado. Se não for assim, que se mude o Regimento Interno, para que se siga o horário de conveniência do Governador Itamar Franco, ou seja, quando conseguir reunir os Deputados para votar. Se assim for, o Regimento Interno vai rezar outra coisa. Mas mudar o relógio da Assembléia para permitir que haja "quorum" é demais. Deixo meu protesto e meu apelo para que as regras sejam respeitadas.

O Sr. Presidente - Não há retificação a ser feita na ata. Não havendo mais quem sobre ela se manifeste, dou-a por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

Interrupção dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência interrompe a reunião para, nos termos do inciso IV do art. 6º do Regimento Interno, proceder à solenidade de posse do suplente de Deputado Sandoval Geraldo Coelho. Convido os Deputados Edson Rezende e Amílcar Martins para, em comissão, conduzir ao Plenário o empossando, seus familiares e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Esta Presidência dará início à solenidade de posse do Sr. Sandoval Geraldo Coelho e deseja, neste momento, dar as boas-vindas, em nome de todo o parlamento, ao novo companheiro, aos seus familiares e amigos aqui presentes. A Presidência passa a palavra ao Deputado Marcelo Gonçalves, 1º-Secretário "ad hoc", para que proceda à leitura do termo de posse.

O Sr. Secretário (Deputado Marcelo Gonçalves) - (- Lê termo de posse do Sr. Sandoval Geraldo Coelho.)

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o compromisso de posse que será prestado pelo Sr. Sandoval Geraldo Coelho.

O Sr. Sandoval Geraldo Coelho - Prometo defender e cumprir as Constituições e as leis da República e do Estado, bem como desempenhar leal e honradamente o mandato que me foi confiado pelo povo mineiro.

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Sr. Sandoval Geraldo Coelho a assinar o termo de posse, que, em seguida, será assinado por mim e pelo 1º-Secretário "ad hoc", Deputado Marcelo Gonçalves.

- Procede-se à assinatura do termo de posse.

O Sr. Presidente - Declaro empossado o Deputado Sandoval Geraldo Coelho.

Reabertura dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos.

Questão de Ordem

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, a comunidade socialista mineira está em festa. E é com redobrada satisfação que deixo fluir da alma, a rédeas soltas, a emoção de partilhar este momento histórico, que, uma vez mais, vem reafirmar a solidez de nossas instituições e a inarredável vocação democrática e pluralista de nossa gente.

É com renovado orgulho que, na condição de Presidente do PSB em Minas Gerais, tenho a honra e o entusiasmo de ocupar esta tribuna para saudar de modo efusivo e desejar boas-vindas ao mais novo parlamentar com assento neste egrégio Legislativo Estadual, o Exmo. Sr. Deputado Estadual Sandoval Geraldo Coelho.

Toda municipalidade de Porteirinha também está em festa e radiante com a ascensão desse seu filho ilustre à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, expressão maior da representação político-institucional do povo mineiro.

O Sr. Deputado Estadual Sandoval Coelho, também ele, é uma legítima e vitoriosa expressão da gente mineira, que chega a esta Casa Legislativa com a força inequívoca de seu carisma e representatividade.

O gosto pela política é fruto de ligações viscerais e familiares, que lhe chegam, sobretudo, através do Sr. Anfrísio Coelho, seu pai, respeitável político do Norte de Minas, por várias vezes Prefeito da aprazível cidade de Porteirinha.

Aos 56 anos de idade, esse jovem parlamentar do PSB mineiro é o protagonista de uma trajetória de vida calcada no trabalho dedicado, ao longo de 30 anos, junto ao IPSEMG.

Dentista conceituado por milhares e milhares de clientes, o Dr. Sandoval Coelho traz na bagagem o reconhecimento de todos aqueles a quem emprestou o melhor de sua dedicação, seriedade e profissionalismo.

Agora, no exercício de seu primeiro mandato político, alçado pela vontade soberana e irrefutável de 18.269 eleitores, o nobre Deputado cumpre mais uma etapa de sua longa e incansável jornada em prol do socialismo, causa a que desde sempre se entregou de corpo e alma.

Portanto, Sr. Deputado Sandoval Coelho, meu mais recente e ilustre companheiro de bancada, mais do que pessoal, a chegada de V.Exa. ao parlamento mineiro representa outra importante conquista do PSB e, também, de todos aqueles que, irmanados pelos princípios e pelos ideais do socialismo, deixam-se conduzir pela busca incansável de avanços que, de fato, possam significar a transformação firme e pacífica de uma realidade muitas vezes perversa e injusta para com o povo de nossa terra.

Deputado Sandoval Coelho, a alegria e os bons ventos que o trazem a esta Assembléia Legislativa só não são plenos porque têm como pressuposto nos despedirmos do querido colega Deputado Adelmo Carneiro Leão, digno Líder do PT neste parlamento, que deixa esta Casa para assumir as funções de Secretário de Estado da Saúde. Enfim, a vida é mesmo assim. E, como diz o poeta na canção popular, "chegar e partir são dois lados de uma mesma viagem". O momento do encontro é da mesma forma um momento de despedidas.

Nesse sentido, por um lado, gostaria de cumprimentar o ilustre Deputado Adelmo Carneiro por mais essa investidura nessa sua profícua, ilibada e bem-sucedida vida pública, absolutamente convencida da enorme contribuição de S. Exa. na área de saúde de nosso Estado.

E, por outro, novamente quero reiterar os votos de boas-vindas ao nobre Deputado Sandoval Coelho e, de coração aberto, reafirmar minha plena convicção de que o povo mineiro, independentemente de suas preferências político-partidárias, acaba de conquistar mais um ardoroso e ferrenho aliado neste parlamento.

Seja bem-vindo a esta Casa Legislativa, Deputado Sandoval Coelho.

Esta Casa é de V. Exa. e do povo que V. Exa. representa com altivez, orgulho e galhardia.

O PSB dá-lhe as boas-vindas. Muito obrigada.

Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Nélzio de Assis para Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em votação, o parecer. Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados que integram a Mesa Diretora, senhores parlamentares em Plenário, Dr. Sandoval, nosso colega que hoje foi empossado, seus familiares, senhores da imprensa, senhoras e senhores, aproveitamos para registrar que este momento, entre tantos que têm enfraquecido o Poder Legislativo, permite-nos manifestar uma conquista que obtivemos por iniciativa do Deputado Miguel Martini, que, há pouco mais de dois anos, vislumbrou a importância de a Assembléia Legislativa ser co-partícipe do Governo na escolha de determinados Diretores das autarquias e dos órgãos da administração pública estadual.

Por iniciativa do Deputado Miguel Martini, foi apresentada uma proposta de emenda à Constituição, aprovada e promulgada, permitindo que a Assembléia Legislativa, a partir daquele momento, passasse a participar do processo de escolha, não intervindo na escolha do nome do indicado, mas fazendo uma avaliação de sua capacidade, de seu passado e, sobretudo, de sua visão a respeito do assunto e do órgão que se propõe dirigir.

Portanto, aproveitamos esta oportunidade para registrar que, entre tantas atitudes que têm enfraquecido o Poder Legislativo, essa foi uma conquista, que serve, talvez, para dar-nos um equilíbrio, permitindo que este Poder possa continuar a existir, contribuindo para que a democracia se realize em sua plenitude.

Como já dissemos, vale ressaltar que isso acontece independentemente de intervir no Poder Executivo, pois ficamos profundamente entristecido quando vemos qualquer um de nós, parlamentares, afrontar a própria lei. Sentimo-nos como se estivéssemos pisando em nós mesmos, em nossa própria imagem. Costumamos afirmar que quem não valoriza a instituição a que pertence não valoriza a si mesmo. Cada vez que deixamos de cumprir o Regimento da Casa ou afrontamos seus dispositivos legais, ou o interpretamos do fim para o princípio, estamos cometendo uma agressão contra nós mesmos, pois somos parte de uma instituição. Devemos, portanto, preservá-la.

Com essa inspiração, vimos encaminhar favoravelmente a esse parecer, mesmo porque entendemos que cabe ao Poder Legislativo, nesta fase, avaliar o escolhido pelo Governador, não intervindo diretamente na escolha, já que, assim, estaríamos ferindo a autonomia do Poder Executivo de cumprir as atribuições que lhe são previstas em lei.

Esperamos que o Governador do Estado tenha escolhido e acertado na escolha, a fim de que não se verifiquem, em breve, outras demissões no Executivo. Embora sendo da Oposição, achamos que as demissões sucessivas não contribuem. O mais prudente, talvez, fosse prevenir na hora de escolher, do que escolher para ter de exonerar. Por isso, esperamos que, nessa indicação, o Governador do Estado tenha acertado, porque nos cabe examinar simplesmente a questão no seu aspecto adjetivo. O aspecto substantivo - a essência da escolha - é atribuição do Poder Executivo.

Estamos, portanto, encaminhando favoravelmente e lembrando aos nobres colegas, àquele que está sendo empossado hoje e à opinião pública de Minas Gerais que, se essa prerrogativa existe, foi graças à iniciativa do Deputado Miguel Martini, que obteve dos seus pares, dos seus companheiros e de todos os parlamentares daquela época a compreensão de que a iniciativa visava, tão-somente, valorizar o Poder Legislativo, a fim de que ele pudesse, ainda que sob o aspecto superficial, avaliar a pessoa escolhida para administrar ou gerir órgãos da administração pública estadual. Acreditamos que a Comissão escolhida para esse fim - e fizemos parte da Comissão que avaliou o outro candidato, cujo parecer estaremos encaminhando - exerceu, na sua plenitude, a atividade, a prerrogativa que a Constituição Estadual assegura-nos pela emenda promulgada nesta Casa, de iniciativa do Deputado Miguel Martini.

Para concluir, queremos nos ater ao prazo, não queremos nos exceder, mesmo porque temos acompanhado, nos últimos meses, sucessivas modificações, de forma abrupta, no Regimento Interno desta Casa, adequando-o à conveniência da hora. Não podemos ser partícipe desse tipo de atividade, porque não compartilhamos essas atitudes. Qualquer atitude que fere a legislação ou a lei que regulando o comportamento deixa de ser democrática. Quando deixa de ser uma atitude democrática, causa morte fulminante ao parlamento, que é uma das instituições que mantém o regime democrático no mundo, na sociedade contemporânea.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para concluir, vale lembrar que a nossa posição, embora na Oposição, é de respeito à autonomia do Poder Executivo; compreendemos o seu

direito de escolher, mas é nosso dever exercer, na plenitude, o mandato que nos foi confiado e a prerrogativa que a emenda constitucional do Deputado Miguel Martini nos assegura. Estamos olhando o relógio, porque, como dissemos e repetimos: queremos nos ater ao prazo regimental, porque jamais teremos autoridade para criticar a quem viola o Regimento Interno ou as leis vigentes se nós próprios não os cumprirmos. Não podemos também deixar de enaltecer a colaboração que os Deputados da Oposição têm dado para que a pauta tenha andamento normal.

O que estamos fazendo não é obstrução. Às vezes, alguém da Situação, de forma apressada, preocupa-se em querer passar para a opinião pública que estamos fazendo obstrução. Na obstrução, não se tem o que dizer, quer-se impedir que alguma coisa se realize. Nós, ao contrário, contribuimos, estamos querendo dar instrumentos ao Governo, para que comece, de fato, a governar este Estado. Estamos procurando, sim, ajudar as instituições, cumprindo e exigindo que as leis sejam cumpridas. E, entre as leis, incluímos a Constituição da República, a do Estado e o Regimento Interno da Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do parecer, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoal da imprensa, público presente, telespectadores da TV Assembléia, assim como o Deputado Sebastião Costa, também quero ser um observador do Regimento Interno, que é tão importante para esta Casa. E quero ficar no tempo destinado para o encaminhamento de votação deste parecer da Comissão Especial sobre a Mensagem nº 65/99, do Governador do Estado, indicando o nome do novo Diretor-Geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais.

Gostaria, ainda, de elogiar o Deputado Miguel Martini, autor da proposta de emenda à Constituição que deu oportunidade à Assembléia Legislativa de argüir os indicados pelo Sr. Governador, para as autarquias e os diversos cargos em que o Governador pode fazer indicações. Ao mesmo tempo, queria dizer que não estamos passando no teste proposto pelo Deputado Miguel Martini, talvez pela maneira com que estão sendo feitas essas arguições, essas sabatinas. Os números são impressionantes. A grande maioria das pessoas indicadas pelo Governador, argüidas pela Assembléia Legislativa, infelizmente está durando pouco nos cargos. E podemos lembrar o caso da ADEMG, em que a Assembléia argüiu, sabatinou, ouviu o indicado do Governador, e, logo à frente, o próprio Auditor-Geral do Estado, Dr. Ayrton Maia, traz a público as denúncias em relação à ADEMG, que estão comprovadas. As licitações foram todas anuladas.

Vejam V. Exas. e os telespectadores da TV Assembléia como é importante o trabalho da Oposição na Assembléia Legislativa. Vejam como podemos dar uma contribuição muito grande para o Estado, para a nossa sociedade, quando tornamos públicas, quando cobramos do Governo e mostramos as irregularidades que estão ocorrendo.

Lamentavelmente, foi assim também com a CASEMG, que perdeu o seu dirigente; com a FHEMIG, que também perdeu o seu dirigente, sabatinado e argüido. O DER-MG também perdeu o seu dirigente, também argüido e sabatinado, a partir da proposta de emenda à Constituição do Deputado Miguel Martini, que proporcionou à Assembléia Legislativa a oportunidade de ouvir esses indicados pelo Governador.

Creio que temos duas situações. A primeira é um "mea culpa". A Assembléia Legislativa precisa melhorar essa arguição, essa sabatina. Porque, efetivamente, não podemos, a partir delas, conhecer os indicados do Governador Itamar Franco.

Não tivemos a visão exata dos homens que foram indicados pelo Governador e logo à frente tivemos, em alguns casos, denúncias de irregularidades. Infelizmente, denúncias de outros órgãos do poder público estão chegando. Precisamos melhorar e aperfeiçoar essa arguição.

Espero que o Deputado Miguel Martini, autor da proposta, parlamentar experiente, Presidente da União dos Deputados Estaduais do País, possa nos ajudar nesta proposta de melhor elaboração de arguição das pessoas indicadas pelo Governador do Estado.

A outra questão de que gostaria de tratar são as próprias designações, nomeações, indicações do Governador do Estado, que escala muito mal o time dele. Está comprovado aí, infelizmente. Não torcemos por que isso ocorra, porque, quando escala mal, quem fica penalizado é o Governador do Estado.

Vejamos o caso da FHEMIG. A situação de superfaturamento, quando a alimentação custa mais caro, como também os pãesinhos, o tomate, os hortifrutigranjeiros, a lavanderia. O que vimos aqui, hoje? Reclamação contra o Governo Federal, dizendo que manda pouco dinheiro para a saúde! Vimos o choro dos Deputados sobre a falta de recursos para a saúde, repetidas vezes. Outro dia, o Governo do Estado foi buscar mais dinheiro para a FUNED. E a proposta do Governo do Estado é construir, sem licitação, uma fábrica para a FUNED.

Mais dinheiro do Governo Federal para a saúde. Mas, como vai ser a aplicação desses recursos? Com superfaturamento, como foi o caso dos pãesinhos? Comprar pãozinho no Rio de Janeiro, hortifrutigranjeiros fresquinhos em São Paulo, lavar roupa lá em São Gonçalo, no Rio de Janeiro? É para isso que querem mais dinheiro federal? Para investir dessa maneira na saúde? É essa a questão. Faltam mais recursos para a saúde?

Estamos vendo que o Governador escala muito mal o seu time. E aí, com todo o respeito que tenho à indicação, a Comissão Especial argüiu, mas votarei contra, porque não acredito na arguição que está sendo feita e já não confio nas nomeações feitas pelo Governador. Foram ruins. No caso da ADEMG, empresas em Santa Cruz de Cabrália, na Bahia, que já nem funcionam, participaram da licitação.

Vimos nas obras do DER, na compra que o Diretor do DER fez de transferência de tecnologia - R\$ 59.200.000,00 -, enquanto que, para a Prefeitura de São Paulo, foi gratuitamente. A BR Distribuidora autorizou a transferência de tecnologia gratuitamente para a Prefeitura de São Paulo. Para Minas Gerais, custou R\$59.200.000,00.

E as pessoas que determinaram tudo isso foram argüidas na Assembléia Legislativa. Os Deputados as ouviram e deram parecer favorável. Foram pessoas indicadas pelo Governador Itamar Franco.

Não votarei favoravelmente, votarei contrariamente ao parecer da Comissão Especial. Precisamos aperfeiçoar essa arguição. Precisamos melhorar essa sabatina na Assembléia Legislativa para que tenhamos, realmente, segurança de que a pessoa indicada tem condições de administrar bem o órgão para o qual estiver sendo designada. Votarei "não" porque também não estou confiando nas indicações do Governador Itamar Franco. S. Exa. está errando na escalação. Errou muito. Nós acompanhamos, não apenas pelas denúncias que chegaram, mas pelas constatações. Faltam as denúncias da inspeção do Tribunal de Contas sobre os erros do DETRAN. Até hoje nós não temos. Encaminho a votação contrariamente ao parecer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do parecer, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada, também ocupamos esta tribuna para encaminhar a votação da indicação da pessoa que vai se responsabilizar pelo DEOP. Gostaria também de encaminhar nessa linha defendida pelo Deputado João Leite: a participação da Assembléia Legislativa, sabatinando as pessoas que vão ocupar cargos importantes no Governo do Estado, para evitar problemas maiores no futuro, foi um acerto muito grande. Gostaríamos também de cumprimentar o nosso companheiro Deputado Miguel Martini, por ter trazido a esta Casa a oportunidade de colocar em debate os nomes das pessoas que ocuparão cargos importantes.

Mas temos constatado uma omissão, por parte da Assembléia Legislativa, ao analisar esses nomes. A interferência do Executivo nesta Casa, neste Poder, faz diminuir a importância do Poder Legislativo. Isso nos deixa diminuídos, isso nos deixa tristes porque, assim como a sociedade, gostaríamos de ter uma representação com voz, com vez, com autonomia. Essa é a única forma de diminuirmos o chamado autoritarismo e criarmos uma sociedade verdadeiramente democrática. Mas, lamentavelmente, o que o Executivo diz está sendo aqui cumprido por meio da bancada de sustentação do Governo. Imagino que são duas situações diferentes. Acho que a bancada de sustentação do Governo tem que dar sustentação ao Governo, sim, isso faz parte do jogo democrático, assim como a Oposição tem que fazer o seu trabalho crítico, fiscalizador, contribuindo também para o desenvolvimento do Estado. Mas a subserviência de um Poder ao outro cria, na verdade, constrangimentos e, por que não dizer, até decepções para a sociedade de Minas Gerais. Portanto, temos que rever essa postura. As comissões que forem analisar os nomes terão que aprofundar-se nos detalhes, porque ninguém tem estrela na testa.

Grosso modo, todo o mundo é gente de bem. Portanto, precisamos aprofundar-nos nos detalhes para que possamos fazer uma triagem, ajudando o Executivo a evitar problemas

futuros. Fica este apelo, este alerta para que a Assembléia Legislativa, a assessoria da Casa reúna elementos suficientes para debatermos, na comissão de sabatina, os nomes indicados pelo Governador do Estado.

Evidentemente, como disse o Deputado João Leite, vários problemas graves envolvendo corrupção têm aparecido. A incompetência ainda é tolerada pela sociedade, embora seja negativa, mas, com relação à corrupção, a sociedade não está mais disposta a avalizar ninguém que cometa atitudes ilícitas no âmbito do poder público. Portanto, trata-se de um aspecto de caráter extremamente importante para se analisar. A vida pregressa dessas pessoas que se propõem a ajudar o Estado também deve ser analisada.

Não participei da sabatina do Dr. Nélzio de Assis e não o conheço. Portanto, evidentemente, não posso dizer se é uma pessoa de bem ou uma pessoa má. Esperamos que seja uma pessoa de bem. No entanto, para se administrar o DEOP, que analisa, julga e faz todo o entendimento, planejamento e contacta as empresas, no caso, a seriedade é um fator fundamental.

A exemplo de outras pessoas que anunciaram o seu posicionamento, gostaríamos de não avalizar. No caso, o nosso voto não será nem contra nem a favor, até que possamos ganhar confiança na sabatina que será feita. Já participei de algumas sabinatas, e, evidentemente, erros poderão ser cometidos. Gostaria que as pessoas que participaram da sabatina viessem a esta tribuna para - não apenas nós, que estamos em processo de oposição ao Governo - falar das qualidades do sabatinado a todos os Deputados no Plenário.

A partir do momento em que os nossos colegas Deputados defenderem essa posição, de público, do Dr. Nélzio, poderemos rever o nosso posicionamento e, quem sabe, colocar o nosso voto de confiança na sua pessoa. Mas, sem nenhuma informação e tomando os exemplos de corrupção que têm acontecido no Governo Itamar Franco, ficamos receosos de avalizar qualquer nome indicado pelo Governador, sob pena de amanhã as denúncias estarem registradas nos jornais e nós, da Assembléia, estarmos também denunciando os atos de corrupção do Governo. É nossa grande missão como Oposição fazer essas denúncias, mas também é missão de todo o parlamento fiscalizar o Executivo. Não há Oposição nem Situação. Existem a responsabilidade e o compromisso de fiscalizar o Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

A tarefa do Dr. Nélzio é importante, porque são muitas obras. O nosso Estado é a segunda maior economia do País, suplantada apenas pelo Estado de São Paulo. São recursos e obras de toda a natureza - na rede escolar, na rede da saúde e outras obras sociais que são de responsabilidade do Governador do Estado. Todas essas obras são conduzidas pelo DEOP.

Srs. Deputados, não quero me alongar muito, embora tenha ainda 2min53s. Fica a nossa recomendação de que possamos repensar o processo da sabatina, que é extremamente importante como participação efetiva do parlamento mineiro junto ao Executivo, numa co-responsabilidade que pode trazer ao Estado uma administração mais eficiente, mais responsável.

Portanto, fica a sugestão de que possamos valorizar, perder tempo mesmo, porque, no fundo, não é uma perda, mas um ganho de tempo quando nossas assessorias, a do gabinete e a da Casa, se debruçam sobre qualquer processo de indicação, já que, assim, estaremos evitando um mal maior, desgaste, e todo desgaste do Governo acaba refletindo na sociedade.

Ninguém quer ver nenhum governo mal, incompetente, corrupto. A sociedade quer ver um governo progressista, dando certo, e esse é também o desejo do PFL com relação ao Governo Itamar Franco. Não somos daquela linha de "quanto pior, melhor". Somos da linha de que o governo tem que dar certo. Para dar certo, evidentemente, tem que ter vontade política, habilidade, comando e, sobretudo, pessoas de responsabilidade envolvidas, sérias, competentes, para que, em todas as áreas, seja na social, seja na econômica, seja na política, o nosso Estado possa dar exemplo para todo o País, e não andar a reboque, como é o caso da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Enquanto São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e outros Estados têm suas respectivas universidades e investem nelas recursos financeiros substanciais, Minas Gerais se encontra à deriva, dando passos para trás na absorção das faculdades integradas, como é o caso de Ituiutaba e Passos. Com medidas dessa natureza, gostaríamos que o Estado caminhasse com pessoas dignas. Nesse caso do DEOP, especialmente, gostaríamos que o titular pudesse fazer jus ao importante cargo que assumirá. Muito obrigado.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, como V. Exa. pode perceber, não temos "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos. Assim, solicito o encerramento, de plano, desta reunião.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, peço recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Ronaldo Canabrava) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 37 Deputados. Não há "quorum" para votação.

Questões de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, fui incumbido pela Bancada de solicitar a V. Exa. as notas taquigráficas desta reunião, desde o início, principalmente no que tange à discussão da ata. Gostaria que V. Exa. liberasse essas notas para o PSDB.

O Sr. Presidente - A Presidência autoriza à assessoria da Mesa que forneça ao PSDB as notas taquigráficas, no que diz respeito à parte da discussão da ata.

O Deputado Hely Tarquínio - Estamos dispostos e prontos para discutir os projetos pertinentes à pauta.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, a Oposição na Assembléia Legislativa quer ter a oportunidade de discutir. O próximo veto é do Código do Contribuinte e queremos discutir-lo. Reconhecemos o esforço de V. Exa. em compor o "quorum", mas queremos solicitar tempo para discutir um veto tão importante a algo que foi votado aqui e que o Governador vetou. Estamos ansiosos para colocar as nossas posições.

O Sr. Presidente - A Presidência vai determinar que se proceda a mais uma chamada para recomposição do número regimental. Não havendo o "quorum" para votação, a Presidência vai passar ao processo de discussão. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 30 Deputados. Não há "quorum" para votação.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Miguel Martini, em que solicita a inversão da pauta desta reunião. A Presidência declara prejudicado o requerimento, em virtude da falta de "quorum" para votação.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença, neste Plenário, do ex-Deputado Nelson Thibau, homem que já lutou e ainda luta pelo povo de Minas, tem a sua história, tem a sua trajetória política nos seus 78 anos de vida. Então, temos de saudá-lo, agradecendo essa oportunidade de estar aqui com Nelson Thibau, companheiro de vários Deputados desta Casa, companheiro de Belo Horizonte. Acho que todo o Estado de Minas Gerais conhece bem a competência de Nelson Thibau. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de solicitar ao Deputado Alencar da Silveira Júnior que apresentasse o Sr. Nelson Thibau ao Deputado Olinto Godinho, que pensou que ele fosse o Deputado Sandoval, empossado hoje, nesta Casa.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, o Deputado Olinto Godinho perguntou-lhe: "O senhor é o novo Deputado Sandoval?" Ele respondeu-lhe: "Não, o meu nome é Thibau, e Thibau é Federal".

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.325, que institui o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Luiz Tadeu Leite opinou pela manutenção do veto. Em discussão, o veto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Sebastião Navarro Vieira. Com a palavra, o Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, como V. Exa. pode perceber, não há "quorum". Portanto, peço o encerramento, de plano, desta reunião.

O Deputado Miguel Martini - Peço a recomposição de "quorum", Sr. Presidente.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, V. Exa. já tinha posto em discussão o projeto e concedido a palavra ao Deputado Sebastião Navarro Vieira. Na sua ausência, naturalmente, a palavra deveria ser concedida ao orador seguinte e, a partir daí, se verificaria a conveniência ou não de continuarmos a discussão. Assim sendo, solicito a V. Exa. que conceda a palavra ao segundo orador inscrito.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado Sebastião Costa, que disse muito bem da tribuna sobre o seu interesse de que houvesse obediência irrestrita ao Regimento Interno, que a Presidência havia concedido a palavra ao Deputado Sebastião Navarro Vieira, chamando-o por duas vezes. Antes de chamar o segundo inscrito da relação de Deputados que se inscreveram para o encaminhamento da discussão, o Deputado Alencar da Silveira Júnior solicitou a palavra pela ordem, solicitando o encerramento de plano da reunião. e o Deputado Miguel Martini solicitou que houvesse a recomposição do "quorum", no que vai ser atendido.

O Deputado Miguel Martini - A recomposição foi, se for considerado o pedido dele. O que entendemos é que o Deputado Sebastião Costa está coberto de razão, porque, para conceder a questão de ordem, dependeria do orador que estivesse na tribuna. Só não foi dito o nome dele, mas, naturalmente, seria o segundo, que já tinha sido chamado para falar.

O Sr. Presidente - V. Exa. está, portanto, retirando a solicitação de recomposição de "quorum"?

O Deputado Miguel Martini - Se não há pedido de encerramento, também não há necessidade de recomposição.

O Sr. Presidente - Não foi essa a pergunta que a Presidência fez a V. Exa., Deputado Miguel Martini. V. Exa. fez uma solicitação para que houvesse a recomposição do "quorum". A Presidência está perguntando a V. Exa. retira a solicitação formulada.

O Deputado Miguel Martini - Está bem, Sr. Presidente, vou repetir o que fiz. O Deputado, inadequadamente, indevidamente, fez a solicitação de encerramento, em razão da qual solicitei a recomposição do "quorum". Não valendo o primeiro, não vale o segundo; valendo o primeiro, vale o segundo. É só isso.

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaria de dizer que V. Exa. estabeleceu que a recomposição de "quorum" seria de 30 em 30 minutos. Então, se for recompor "quorum" agora, certamente não se completam 30 minutos desde a última recomposição. Entendo que temos de entrar na discussão, Sr. Presidente, e que não é válido o pedido do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Sr. Presidente - É regimental a solicitação do Deputado para o encerramento da reunião, como na maioria das vezes é solicitado pela Oposição, assim como é regimental também a solicitação da recomposição de "quorum", que foi formulada também. A Presidência vai fazer, mais uma vez, a solicitação para que o Sr. Secretário faça a chamada dos Deputados, para vermos se existe ou não número suficiente de Deputados para a continuação dos nossos trabalhos. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Sebastião Costa) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 15 Deputados. Não há "quorum" para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência declara encerrada a discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.325, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, uma vez que a proposição permaneceu em ordem do dia para discussão por seis reuniões consecutivas.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de logo mais, às 20 horas, e de amanhã, dia 25, às 9 e às 14 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Às dez horas do dia dezois de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Agostinho Silveira, Eduardo Daladier, Irani Barbosa e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da

aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e que houve distribuição de matérias a relatores, cabendo ao Deputado Ermano Batista o Projeto de Lei nº 834/2000, ao Deputado Antônio Júlio, o Projeto de Lei nº 839/2000; ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, os Projetos de Lei nºs 841 e 845/2000; ao Deputado Agostinho Silveira, os Projetos de Lei nºs 837, 840 e 843/2000; ao Deputado Eduardo Daladier, os Projetos de Lei nºs 836 e 844/2000; ao Deputado Irani Barbosa, os Projetos de Lei nºs 835 e 838/2000, e ao Deputado Paulo Piau, o Projeto de Lei nº 842/2000. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 682/99, 785, e 796/2000 (relator: Deputado Antônio Júlio); 741 e 771/99, este com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Sebastião Costa); 745/99 com a Emenda nº 1 e 801/2000 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Eduardo Daladier); 800/2000 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 822, 831 e 846/2000 (relator: Deputado Irani Barbosa) e o parecer que conclui pela inconstitucionalidade, pela ilegalidade e pela antijuridicidade do Projeto de Lei nº 776/99 (relator: redistribuído ao Deputado Eduardo Daladier). Durante a fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 785/2000, o Deputado Sebastião Costa apresenta requerimento em que solicita seja o referido projeto baixado em diligência. Submetido a votação, o requerimento é rejeitado. Os Projetos de Lei nºs 695/99, 798, e 799/2000 tiveram sua apreciação adiada em virtude de deferimento pela Presidência de pedidos de prazo solicitados pelos relatores. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 779 e 793/99 (relator: Deputado Ermano Batista); 781/99 com a Emenda nº 1 e 814/2000 (relator: Deputado Antônio Júlio); 791 e 809/2000 (relator: Deputado Eduardo Daladier); 807/2000 (relator: Deputado Agostinho Silveira) e 808/2000 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Irani Barbosa). Nos termos regimentais, a Presidência determina o envio do Projeto de Lei nº 776/99 ao Plenário para a inclusão do parecer em ordem do dia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de março de 2000.

Eduardo Daladier, Presidente - Maria Tereza Lara - Olinto Godinho - Paulo Piau - Agostinho Silveira.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA UEMG

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria Tereza Lara, Edson Rezende e Amilcar Martins, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Em seguida, informa que a reunião se destina a ouvir o Sr. Gerson de Brito Melo Boson, Reitor da UEMG; o Sr. José Gama Dias e a Sra. Ana Adelina de Moura e Silva Lins, Pró-Reitores de Administração e Finanças e de Planejamento da UEMG, respectivamente; e a discutir e votar proposições da Comissão. Registra-se a presença dos convidados e do Sr. Januzzi de Souza Reis, Chefe de Gabinete do Reitor da UEMG. Os convidados fazem uso da palavra, para suas considerações iniciais, e, após, são abertos os debates, com a participação dos Deputados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições da Comissão. São votados e aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado José Henrique, em que solicita seja convidado o Sr. Aluísio Pimenta, ex-Reitor da UEMG, para comparecer a reunião desta Comissão; do Deputado Amilcar Martins, solicitando sejam ouvidos os Srs. Antônio Faria, ex-Vice-Reitor da UEMG, e José Osvaldo Lasmar, ex-Pró-Reitor de Planejamento da UEMG; do Deputado Edson Rezende, em que solicita sejam ouvidos os Presidentes das Fundações Educacionais agregadas à UEMG e localizadas nas cidades de Diamantina, Passos, Varginha, Lavras, Carangola, Ituiutaba, Divinópolis, Patos de Minas e Campanha; e dos Deputados Edson Rezende e Maria Tereza Lara, solicitando sejam ouvidos os Prefeitos dos municípios acima mencionados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de março de 2000.

Maria Tereza Lara, Presidente - José Henrique - Edson Rezende.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da CPI do Narcotráfico

Às quinze horas do dia trinta de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcelo Gonçalves, Marco Régis, Paulo Piau, Rogério Correia, Carlos Pimenta, Sargento Rodrigues e Antônio Andrade (substituindo este ao Deputado José Henrique, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os depoimentos dos Srs. Expedito da Silva Filho e Donizeti dos Reis; do Sr. Denirval Campos, Delegado, e do Cabo Francisco Marques Barbosa; e a tratar de assuntos de interesse da Comissão. São apresentados e aprovados requerimentos em que se pede seja solicitada cópia do processo relativo a tráfico, em Montes Claros, contra o Sr. Paulo Santiago; seja solicitada a lista das empresas que já pertenceram e pertencem ao Sr. Paulo Santiago, bem como os nomes dos sócios e a quebra do sigilo bancário das empresas AutoMontes e Riocar; seja solicitada a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico e dados sobre a evolução patrimonial do Deputado Arlen Santiago, do Sr. Paulo Santiago e de seu assessor "Pinduca"; seja solicitada a convocação do Sr. Paulo Santiago, de "Pinduca", do Deputado Arlen Santiago, de "Laércio" e dos Srs. Antônio Pereira Luna, Raniel Pereira Luna, José Francisco Chagas, Castelar de Carvalho, Gumerindo Ribeiro Neto e Otacílio Teodoro de Lima. A seguir, o Presidente chama para depor o Sr. Donizeti dos Reis, procede à leitura dos dispositivos legais pertinentes às CPIs e concede a palavra ao depoente, para suas considerações iniciais, ao Deputado Sargento Rodrigues e aos demais membros, conforme consta nas notas taquigráficas. Da mesma forma o Presidente procede com relação aos depoimentos do Sr. Expedito da Silva Filho e do Cabo Francisco Marques Barbosa. Segue-se o interrogatório do último, conforme as notas taquigráficas, ocasião em que o Deputado Sargento Rodrigues apresenta requerimento solicitando seja a reunião transformada em secreta, o qual é aprovado.

Sala das Comissões, 31 de março de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Paulo Piau - Sargento Rodrigues - José Henrique - Rogério Correia - Marco Régis.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 126ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 4/4/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.271, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 9.532, de 30/12/87, que dispõe sobre a remuneração de cargo de provimento em comissão para fins de apostilamento e aposentadoria. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.329, que cria o Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.309, que altera dispositivos da Lei nº 11.744, de 16/1/95, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 589/99, do Deputado Chico Rafael; 599/99, da Deputada Elaine Matozinhos; 464/99, do Deputado Paulo Piau e do Deputado Alberto Pinto Coelho; 529/99, do Deputado Aílton Vilela; 585/99, da Deputada Maria Tereza Lara; 649/99, do Deputado Álvaro Antônio; 796/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 461/99, do Deputado Rogério Correia; 29/99, do Deputado Márcio Kangussu.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.178/2000, do Deputado Arlen Santiago; 1.179/2000, do Deputado Gil Pereira; 1.206/2000, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 5/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 553/99, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.226 e 1.227/2000, da Comissão de Direitos Humanos; 1.233/2000, do Deputado Luiz Tadeu Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 5/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 638/99, do Deputado João Batista de Oliveira.

Finalidade: discutir a "pauta do boi".

Convidados: Secretários de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda; Presidentes dos Sindicatos Ruais de Joáima, Almenara, Pedra Azul, Medina, Carlos Chagas, Montes Claros, Teófilo Otôni, Curvelo; Presidentes da AMBAJ, AMEJE, AMAJE, AMUC, AMAMS, FAEMG, SMA; Diretor-Executivo da AFRIG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 5/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.221 e 1.222/2000, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 5/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter esclarecimentos sobre os constantes acidentes ocorridos com trens da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., na região Leste de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA UEMG, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os seguintes convidados : Srs. Stéfano Barra Gazzola, Presidente da Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas - Varginha; Canísio Ignácio Lunkes, Presidente da Fundação Educacional de Lavras; Paulo Felipe Pereira, Presidente da Fundação de Ensino Superior de Passos; Dirceu Deocleciano Pacheco, Presidente da Fundação Educacional de Patos de Minas; Gilson Gilbertone Burgarelli, Presidente da Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha; Gilson Soares, Presidente da Fundação Educacional de Divinópolis; Murílio Roberto Pereira, Presidente da Fundação Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Carangola; Ivan Abrão, Presidente da Fundação Educacional de Ituiutaba; Henrique Napoleão de Andrade Figueiredo, Presidente da Fundação Cultural Campanha da Princesa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 6/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléa para as 9 horas do dia 4 de abril de 2000, destinada ao prosseguimento do II Encontro Nacional das Frentes Parlamentares do Cooperativismo.

Palácio da Inconfidência, 3 de abril de 2000.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de CPI do Narcotráfico

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marcelo Gonçalves, Paulo Piau, Rogério Correia, Carlos Pimenta, José Henrique, Marco Régis e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 4/4/2000, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os depoimentos dos Srs. José Luiz Ribeiro e Otacilio Teotônio de Lima, Delegados aposentados; Saulo Gomes e Castelar de Carvalho Leite, Delegados de Polícia de Montes Claros; Aloísio Couto, Delegado de Polícia de Uberlândia; e de se tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Membros do Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, João Batista de Oliveira, Ronaldo Canabrava e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/4/2000, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 3 de março de 2000.

Maria Tereza Lara, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 31/99

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dimas Rodrigues, Alencar da Silveira Júnior, Amílcar Martins e Eduardo Hermeto, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/4/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2000.

Fábio Avelar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da CPI do Fundo SOMMA

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Cunha, Amílcar Martins, José Milton, Ivo José, Luiz Fernando Faria e João Paulo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/4/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias.

Sala das Comissões, 3 de abril de 2000.

Rêmoló Aloise, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Dimas Rodrigues, Luiz Fernando Faria e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/4/2000, quinta-feira, às 9h30min, no Auditório do Parque de Exposição Tremendal, na cidade de Monte Azul, com a finalidade de se discutirem as conseqüências do fechamento das barreiras sanitárias do Estado, dentro do programa de erradicação da febre aftosa. Convidados: Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Presidentes da EMATER e da EPAMIG; Diretor-Geral do IMA; Presidentes dos Sindicatos Rurais de Montes Claros, de Monte Azul, de Janaúba; Prefeitos Municipais de Monte Azul, Espinosa, Pai Pedro, Montes Claros, Varzelândia, Jaíba, Gameleira, Pedra de Maria da Cruz, Vargem Grande do Rio Pardo, Lagoa dos Patos, Francisco Sá, Matias Cardoso, Urandi, Guanambi, Mortugaba, Pindaí, Sebastião das Laranjeiras, Palma de Monte Alto, Condeúba, Jacaraci, Iuiú, Candiba, Licínio de Almeida; Presidentes das Câmaras Municipais de Monte Azul, Espinosa, Pai Pedro, Montes Claros, Varzelândia, Gameleira, Lagoa dos Patos, Nova Porteirinha, Pedra de Maria da Cruz, Jaíba; Secretário Municipal da Agricultura de Jaíba; Gerentes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste de Monte Azul; Presidente da Associação Comercial de Monte Azul; Presidentes da AMAMS e da AVAMS; Prefeitos Municipais de Serranópolis e Miravânia; Diretor-Superintendente da SUDENOR; Presidentes da CEMIG, da COPASA-MG, da Fundação Nacional de Saúde e da RURALMINAS; Superintendente do CEDEC e da CODEVASF; Reitor da UNIMONTES; Diretor-Geral do IEF; Delegado Federal da Agricultura em Minas Gerais.

Sala das Comissões, 31 de março de 2000.

João Batista de Oliveira, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/99

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de cópias reprográficas.

Em 15/2/2000, a Mesa da Assembléia decidiu pela revogação da licitação por conveniência administrativa.

TERMO DE CONVÊNIO

1º Conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2º Conveniente: Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado da Cultura. Objeto: realização da exposição 500 Anos do Descobrimento do Brasil – Tema: "Minas Gerais – Trajetória Cultural e Política". Vigência: 22 de março a 31 de dezembro de 2000. Dotação orçamentária: 1011-01.031.101.4.123.0001-3.1.3.2 (301).

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Almeida & Galvão Associados Ltda. Objeto: sinopse de matérias referentes à Assembléia, publicadas em periódicos. Objeto deste aditamento: primeira prorrogação, com manutenção do preço. Vigência: um ano, a contar de 8/3/2000. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. – 101101031101.4.123.

TERMO DE CONTRATO DE COMODATO

Comodante: Fiat Automóveis S.A. Comodatário: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Objeto: empréstimo de veículo. Vigência: um ano, a partir da assinatura.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Stand Up Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda. Objeto: prestação de serviços de consultoria e reportagem para a TV Assembléia. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Licitação: inexigibilidade - art. 24, II, da Lei nº 9.444, de 1987, c/c o art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993. Vigência: um ano a contar de 16/2/2000.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Casa dos Bebedouros Líder Ltda. Objeto: fornecimento e instalação de 40 bebedouros. Dotação orçamentária: 4.1.2.0. Licitação: Convite nº 102/99. Vigência: 12 meses a partir da assinatura.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 11/2000 – Objeto: fornecimento e instalação de piso em laminado melamínico e rodapé - Licitante vencedora: Formilider Ltda.- Desclassificadas: MG Brasil Comércio Exterior Ltda. (por descumprir o subitem 3.4 do edital); Master Pisos e Revestimentos Ltda., Madecaus Comercial Ltda. e Carena Ltda. (por terem cotado produto fora de especificação).